

Em outubro de 1993, docentes paulistas ocuparam a Assembleia Legislativa (Alesp) durante uma greve histórica de 63 dias. Silêncio e esquecimento na história da educação resgata esse marco de resistência contra o descaso governamental, unindo reivindicações salariais à defesa da escola pública. Viviane Freitas e Carlos Bauer cruzam depoimentos orais, fotografias e documentos para desvendar como nove dias de ocupação desafiaram o neoliberalismo emergente e mobilizaram solidariedade popular. A obra questiona por que esse episódio foi apagado da memória oficial, revelando disputas políticas que silenciam vozes dissidentes. Leitura essencial para entender a educação como espaço de luta.

— Ana Rita Ferreira

No cenário de avanço neoliberal dos anos 1990, professores da rede estadual de São Paulo protagonizaram um ato inédito: ocuparam a Alesp por nove dias, transformando o símbolo do poder em palco de resistência. Este livro reconstitui a greve de 1993 através de fotografias, relatos de participantes e documentos sindicais, expondo a tensão entre a mobilização coletiva e a repressão estatal. Os autores analisam como a ocupação, apoiada por redes de solidariedade, desafiou estereótipos midiáticos e pressionou o governo, mesmo sem concessões imediatas. Por que esse episódio foi esquecido? As respostas revelam conflitos internos no sindicato e o apagamento de táticas radicais pela historiografia tradicional.

Com prefácio de João Zafalão, a obra combina o rigor acadêmico e a narrativa envolvente, destacando o legado da ocupação para os movimentos posteriores como as ocupações estudantis das escolas em 2015.

Um alerta contra o silêncio e um convite à reflexão: qual o lugar da resistência docente em tempos de austeridade?

Viviane Freitas é doutora em Educação, professora e Coordenadora de Gestão Pedagógica da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Carlos Bauer é professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Uninove e pesquisador do CNPq. Juntos, desvelam um capítulo crucial da luta pela educação pública no Brasil.

— Maria C. Bandeira

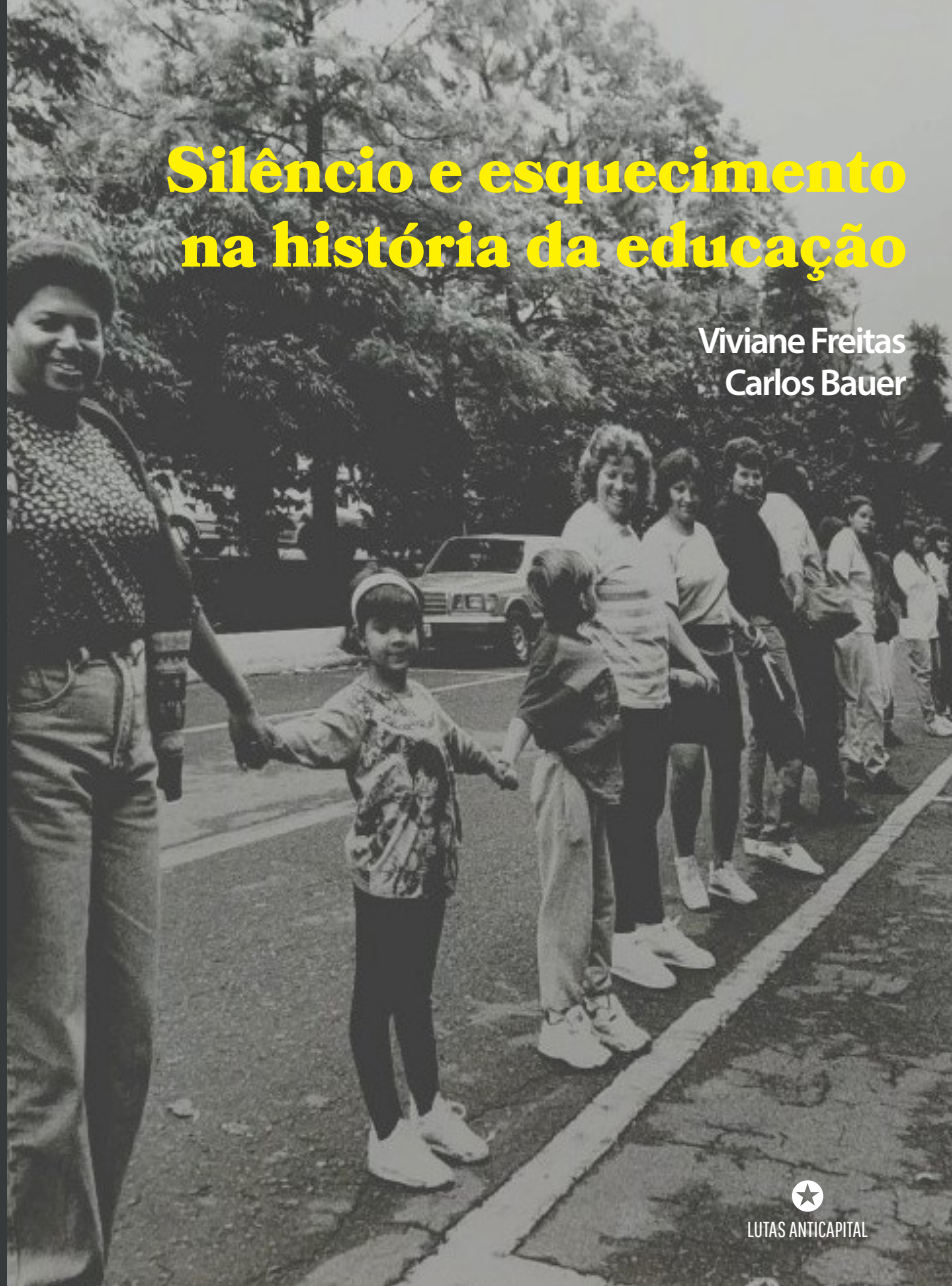
Viviane Freitas e Carlos Bauer

Silêncio e esquecimento na história da educação



Silêncio e esquecimento na história da educação

Viviane Freitas
Carlos Bauer



LUTAS ANTICAPITAL

Silêncio e esquecimento na história da educação

**Viviane Freitas
Carlos Bauer**

Viviane Freitas

Carlos Bauer

**Silêncio e esquecimento na história
da educação**

1ª edição

LUTAS ANTICAPITAL

Marília/SP – 2025

Editora Lutas Anticapital

Editor: Julio Hideyshi Okumura

Conselho Editorial: Andrés Ruggeri (Universidad de Buenos Aires - Argentina), Bruna Vasconcellos (UFABC), Candido Giraldez Vieitez (UNESP), Claudia Sabia (UNESP), Dario Azzellini (Cornell University – Estados Unidos), Édi Benini (UFT), Fabiana de Cássia Rodrigues (UNICAMP), Henrique Tahan Novaes (UNESP), Julio Cesar Torres (UNESP), Lais Fraga (UNICAMP), Maurício Sardá de Faria (UFRPE), Mauro Iasi (UFRJ), Neusa Maria Dal Ri (UNESP), Paulo Alves de Lima Filho (FATEC), Renato Dagnino (UNICAMP), Rogério Fernandes Macedo (UFVJM), Tania Brabo (UNESP).

Projeto Gráfico e Diagramação: Ed. Lutas Anticapital

Capa: Abraço coletivo, realizado pelos professores e seus filhos, em torno da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, no dia 24/10/1993 (fotos do acervo da Apeoesp/Regina Vilela)

Revisão: Maria C. Bandeira

A pesquisa que deu origem a presente publicação foi realizada com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Freitas, Viviane.

F866s Silêncio e esquecimento na história da educação / Viviane Freitas,
Carlos Bauer. – Marília : Lutas Anticapital, 2025.
89 p. : il.

Apoio: CAPES

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5279-019-4

1. Educação - História. 2. Sindicalismo. 3. Professores. 4. Professoras.
5. Sindicatos - Professores. I. Bauer, Carlos. II. Título.

CDD 301.444

Ficha elaborada por André Sávio Craveiro Bueno

CRB 8/8211 FFC – UNESP – Marília

1ª edição: agosto de 2025

Editora Lutas Anticapital

Marília –SP

editora@lutasanticapital.com.br

www.lutasanticapital.com.br

@editora_lutas_anticapital

Em memória dos camaradas Amarílio Ferreira Junior e Antônio Justino (Tonhão), homens bons e amigos generosos, socialistas e incansáveis defensores da escola pública, gratuita e laica para toda humanidade...

Sumário

Prefácio João Zafalão.....	9
Introdução.....	11
Sobre as fontes utilizadas.....	17
A organização da ocupação e seu cotidiano: nove dias de estranhamentos solidariedade ativa da população: o poder do apoio coletivo	29
Análise e o legado da mobilização.....	33
Desocupação, repressão e medo!	39
Silêncio e esquecimento na história da educação.....	47
Como explicar o desaparecimento da memória social de um episódio educacional?	55
Ocupação da Alesp: ato de resistência ou ação espontânea docente?.....	59
Considerações finais.....	69
Referências & Obras de Apoio.....	81
Notas autorais.....	87
Financiamento.....	89

Prefácio

Em outubro de 1993, a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), foi ocupada por nove dias por professoras e professores da rede estadual, durante uma greve que durou 63 dias.

A luta coletiva dos trabalhadores e trabalhadoras e em particular de professoras e professores sempre é recheada de afeto, consciência, determinação, defesa da escola pública e dos direitos de estudantes e da comunidade escolar. Toda greve, sempre é muito mais do que uma luta por salário.

Em Silêncio e esquecimento na história da educação, Viviane Freitas e Carlos Bauer nos permitem acessar a história de um dos momentos mais importantes na longa trajetória de lutas do professorado paulista. Com depoimentos de participantes da ocupação que expõe visões distintas sobre a relevância da ocupação a partir de suas posições políticas, e com levantamento iconográfico trouxeram vida ao trabalho aqui apresentado.

Podemos sentir o calor no abraço coletivo na ALESP em apoio à ocupação, e a intensidade destes nove dias com teatro, música e alegria dos ocupantes e, claro, sentir a dor da injustiça na truculência e violência policial.

Se houve apagamento intencional desse momento da luta de professoras e professores, esse texto trás luz e visibilidade a esse rico movimento.

Vale registro que após a queda da ditadura militar e muitas conquistas da classe trabalhadora nas lutas da década de 1980, a primeira eleição presidencial direta após a ditadura cívico-militar (1964-1984) ocorreu em 1989.

Com a vitória eleitoral de um projeto neoliberal e conservador (Collor), se inicia uma ação consciente para “conter” a grandiosidade dos movimentos sociais que haviam se levantado nos anos finais da década de 1970, que conquistam salários, direitos e que deram origem à Central única dos Trabalhadores (CUT) e ao Partido dos Trabalhadores (PT).

A dureza do governo no trato com essa greve de professoras e professores em 1993, expressa o mesmo movimento governamental visto na greve dos petroleiros e das petroleiras de 1995, sendo o símbolo do fim desse ciclo virtuoso do movimento sindical. Sabemos que as lutas seguem e há muitas greves, mas em sua maioria defensivas, e não por ampliação de direitos como ocorreu no período anterior.

Leitura fundamental pra quem defende a escola publica e para nos inspirar nas lutas atuais e futuras.

Maio de 2025

João Zafalão

é professor da rede pública estadual paulista, diretor da APEOESP, mestre e doutorando em educação na UNICAMP

Introdução

Será preciso grande inteligência para compreender que, ao mudarem as relações de vida dos homens, as suas relações sociais, a sua existência social, mudam também as suas representações, as suas concepções e conceitos; numa palavra, muda sua consciência!
Karl Marx & Friedrich Engels

Este livro resgata a memória de um episódio emblemático, porém pouco conhecido, da história da educação brasileira: a ocupação da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) por professores durante a greve de 1993.

Mais do que narrar os nove dias de resistência, analisamos o movimento como um ato de enfrentamento ao descaso governamental, unindo reivindicações salariais, melhores condições de trabalho e a defesa da escola pública. Investigamos também por que esse evento foi apagado da historiografia oficial, revelando como disputas políticas e relações de poder influenciam a construção da memória coletiva.

Para reconstruir a história, cruzamos diferentes tipos de fontes, com o intuito de garantir uma análise crítica e multifacetada, a saber:

- 1. História oral:** Entrevistas com três protagonistas – Roberto Felício (ex-presidente da APEOESP), Mauro Puerto (vice-presidente da CUT à época) e Maria Heloisa Aguiar Silva (professora participante) –, cujas narrativas revelam divergências e convergências sobre o movimento.
- 2. Iconografia:** Fotografias do acervo da APEOESP e registros da imprensa (como a *Folha de S. Paulo*), além de símbolos como o “abraço coletivo” à Alesp, que ilustram a mobilização e o apoio popular.
- 3. Imprensa e documentos sindicais:** Análise de periódicos (*Folha de S. Paulo*, *Convergência Socialista*) e boletins da APEOESP, contrastando a cobertura midiática com as narrativas internas do movimento.
- 4. Arquivos institucionais:** Atas de assembleias e documentos sindicais, que expõem tensões entre a direção da APEOESP e as bases docentes.

A ocupação da Alesp ocorreu em um contexto de avanço neoliberal nos anos 1990, marcado por cortes orçamentários e ataques à educação pública. Seu apagamento não foi acidental: reflete tanto a marginalização de ações radicais na memória sindical quanto o silenciamento de vozes dissidentes pela historiografia tradicional.

Ao confrontar fontes oficiais com relatos dos participantes, desvendamos como certas narrativas são privilegiadas para consolidar versões hegemônicas da história.

Em 21 de outubro de 1993, após 65 dias de greve sem avanços, professores decidiram ocupar a Alesp – uma ação surpreendente até para o próprio sindicato. A adesão massiva (quase 100% da categoria) e a solidariedade popular, com doações de água e alimentos, transformaram o ato em um marco de resistência.

Mais que uma reação imediata, a ocupação revelou-se uma tática consciente para pressionar o governo e ampliar o debate sobre a crise da escola pública, transformando o comportamento espontâneo em estratégia e a ocupação em símbolo de resistência!

Figura 1



Concentração de professores grevistas na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, no dia 27/10/1993 (fotos do acervo da Apeoesp/Regina Vilela)

As entrevistas revelaram contradições: enquanto alguns enxergam a ocupação como uma vitória simbólica, outros a veem como uma derrota estratégica. Essas divergências não

enfraquecem a narrativa – pelo contrário, mostram como a memória é um campo de disputa. Ao integrar perspectivas diversas (sindicalistas, militantes, professores de base), evitamos uma visão monolítica e destacamos a complexidade das lutas sociais.

O estudo que realizamos procurou demonstrar como a ocupação transcendeu demandas corporativas. Sua influência ecoou em movimentos posteriores, como as ocupações estudantis de 2015-2016, e reforçou a ideia de que a educação pública é um espaço de luta política.

Ao resgatar esse episódio, questionamos não apenas o passado, mas o presente: qual o lugar da resistência docente num cenário de austeridade e ataques à educação?

Com a preocupação de fundamentar este resgate histórico, a obra propõe um modelo de pesquisa que combina história oral, análise documental e iconografia. Esse método é crucial para estudos sobre movimentos sociais, onde fontes oficiais frequentemente omitem vozes marginais. Ao confrontar arquivos sindicais com depoimentos e imagens da época, oferecemos um caminho para desvendar histórias silenciadas.

Direcionado a pesquisadores da educação, militantes e trabalhadores da educação, o texto é um convite à reflexão sobre como a memória se constrói – e como pode ser desconstruída. Não se trata apenas de contar uma história, mas de mostrar que cada versão do passado carrega escolhas políticas. Afinal, como lembravam Marx e Engels, quando a realidade social muda, mudam também as narrativas que a explicam.

A pouca incidência de estudos sobre o tema reforça a necessidade de pesquisas que articulem fontes variadas, desafiando versões consolidadas. Este livro é um passo nessa direção – e um alerta sobre os riscos de deixar que certas histórias se percam no esquecimento.

Sobre as fontes utilizadas

Este livreto busca reconstruir aspectos fundamentais de um episódio marcante, porém pouco registrado na história do magistério público paulista: a ocupação da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) no início dos anos 1990. Por meio de uma investigação documental, iconográfica e oral, o objetivo não é apenas resgatar a memória desse evento, mas também inseri-lo no debate historiográfico sobre mobilizações educacionais, contribuindo para compreender suas nuances políticas e sociais.

A pesquisa, de caráter qualitativo, reuniu um amplo conjunto de fontes empíricas, consolidando um corpus documental composto por registros sindicais, matérias jornalísticas, fotografias e, principalmente, depoimentos orais dos protagonistas. Essas narrativas, marcadas por divergências e convergências, permitiram reconstruir criticamente os nove dias de ocupação.

Destacam-se entrevistas com três participantes-chave: o professor Roberto Felício (parlamentar e militante sindical), a professora Maria Heloisa Aguiar Silva (militante de base da APEOESP) e o

professor Mauro Puerro (dirigente histórico do movimento docente e, na época, membro da direção da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Convergência Socialista (CS)).

Suas memórias, atravessadas por perspectivas políticas distintas, formam um mosaico analítico sobre as tensões e estratégias que marcaram a ocupação do Palácio Nove de Julho. Além disso, a análise historiográfica das fotografias do evento — produzidas pela fotógrafa Regina Vilela e presentes no acervo da APEOESP e da imprensa — oferece novas camadas de interpretação.

Fotografia como documento e memória

Na historiografia contemporânea, a imagem fotográfica é entendida não apenas como registro documental, mas também como suporte para a construção de memórias coletivas.

No caso da ocupação da Alesp pelos professores em 1993, as fotografias analisadas revelam desde a solidariedade popular até a repressão policial, capturando a complexidade do movimento. A composição das imagens, com seus enquadramentos, cartazes, gestos e expressões, ajuda a decifrar as dinâmicas políticas e sociais da época.

Registros como a concentração dos grevistas (Figura 1), a corrente humana de apoio externo (Figura 4), o interior da Alesp ocupado (Figura 3) e o confronto com a Polícia Militar (Figura 8) são essenciais para visibilizar um episódio que teve cobertura midiática limitada.

Essas imagens não apenas documentam fatos, mas também reforçam narrativas de resistência, como apontam depoimentos que destacam a solidariedade popular como um marco simbólico da greve.

A importância das fotos está em registrar um momento histórico de luta dos professores. Elas mostram a mobilização, a solidariedade da população, a repressão policial e o cotidiano da ocupação. Para a historiografia educacional, essas imagens são fontes primárias valiosas, mostrando a participação ativa dos professores em movimentos sociais e a relação entre educação e política.

Ao analisar com rigor as fotografias, registros e relatos fornecidos pelos professores Roberto Felício, Mauro Puerro e Maria Heloisa Aguiar Silva, conclui-se que a ocupação da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) em 1993 foi um marco de resistência, legitimado pelo apoio popular às denúncias contra os abusos governamentais e à defesa da educação pública paulista.

As fotografias da ocupação da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) por professores grevistas em 1993 são documentos visuais fundamentais para compreender um episódio marcante, porém pouco difundido, da história da educação brasileira. Elas registram não apenas os eventos concretos, mas também as emoções, estratégias de resistência e a complexidade das relações entre movimento sindical, Estado e sociedade.

Nesta análise, abordamos o debate historiográfico sobre o uso de fotografias como fontes, sua relevância para a preservação da memória coletiva e seu papel na validação das narrativas dos participantes.

A historiografia contemporânea reconhece o valor das imagens como fontes, mas também alerta para suas limitações. Fotografias são construções intencionais: enquadram certos elementos, excluem outros e refletem a perspectiva do fotógrafo ou instituição que as produziu. No caso das fotos da ocupação da Alesp, há dois grupos principais de registros:

- **Acervo da Apeoesp/Regina Vilela:** Imagens que destacam a solidariedade (Figuras 1, 2 e 5), a organização interna (Figura 3) e a resistência simbólica (Figura 8).
- **Folha de S.Paulo:** Focam em aspectos como a logística da ocupação (Figura 4, corrente humana para água) e, segundo o texto, tendem a enfatizar o “prejuízo aos alunos”, revelando um viés midiático crítico ao movimento.

Essa dualidade ilustra como as fotografias podem ser instrumentos de disputa narrativa. Enquanto o sindicato busca reforçar a legitimidade da greve, a imprensa hegemônica ressalta conflitos e impactos negativos.

O movimento, além de seu caráter contestatório, destacou-se por despertar solidariedade em amplos setores da sociedade, conquistando simpatia para as demandas docentes em um contexto histórico crítico. Em meio ao avanço acelerado de políticas neoliberais no estado, a ocupação emergiu como um ato de coragem, colocando em evidência os impactos dessas medidas na educação e fomentando debates sociais urgentes.

Ao analisar com rigor as fotografias, registros e relatos fornecidos pelos professores Roberto Felício, Mauro Puerro e Maria Heloisa Aguiar Silva, conclui-se que a ocupação da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) em 1993 foi um marco de resistência, legitimado pelo apoio popular às denúncias contra os abusos governamentais e à defesa da educação pública paulista.

As fotografias da ocupação da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) por professores grevistas em 1993 são documentos visuais fundamentais para compreender um episódio marcante, porém pouco difundido, da história da educação brasileira. Elas registram não apenas os eventos concretos, mas também as emoções, estratégias de resistência e a complexidade das relações entre movimento sindical, Estado e sociedade.

Nesta análise, abordamos o debate historiográfico sobre o uso de fotografias como fontes, sua relevância para a preservação da memória coletiva e seu papel na validação das narrativas dos participantes.

Para nós as fotografias documentando a ocupação da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) pelos professores grevistas em outubro de 1993 constituem um registro visual essencial para compreender um dos episódios mais emblemáticos da história da educação pública paulista. Sua análise revela múltiplas dimensões sociais, políticas e simbólicas, além de destacar seu valor como fonte historiográfica.

Apesar da repressão sofrida e da ausência de concessões imediatas do governo, a ocupação fortaleceu a identidade coletiva dos professores e deixou aprendizados para futuras mobilizações.

As fotografias, ao capturar momentos de união e conflito, permitem que as memórias individuais se entrelacem com a história coletiva, ressignificando o passado para as novas gerações. Em síntese, o material iconográfico analisado transcende a função ilustrativa: torna-se chave para compreender as dinâmicas da luta docente, as tensões políticas dos anos 1990 e os processos de construção da memória sobre resistências sociais.

A organização da ocupação e seu cotidiano: nove dias de estranhamentos

A rotina escolar foi interrompida por um ato de resistência inédito entre docentes: a ocupação de um espaço público. Em questão de horas, centenas de professores transformaram a Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) em uma assembleia permanente, convertendo o símbolo do poder estatal em palco de luta coletiva. Fotografias da época retratam essa metamorfose, capturando a energia de um movimento que desafiava estruturas consolidadas.

A organização do espaço e a divisão de tarefas surgiram de forma orgânica, garantindo decisões coletivas. Para muitos educadores, acostumados à dinâmica das salas de aula, adaptar-se àquele cenário foi um desafio. No entanto, veteranos de movimentos sociais — alguns com trajetória em sindicatos e ocupações — trouxeram expertise crucial. Suas experiências em lutas políticas orientaram a estruturação do movimento, equilibrando espontaneidade e estratégia.

O professor Roberto Felício (2017, apud FREITAS, 2019, p. XII) relembra:

Voltemos a [19]93. Dentro da Assembleia, tudo aconteceu de forma espontânea, não foi algo totalmente planejado pela direção. Alguém propunha algo, achávamos interessante e então fazíamos. Organizamos grupos de infraestrutura para garantir nossa permanência, pois não fomos expulsos imediatamente. Ficamos nove dias lá dentro. Para desmobilizar a ocupação, cortaram a água, suspenderam as sessões, desligaram a luz e os aparelhos de ar-condicionado. O calor era intenso, e isso fazia parte da tentativa de nos fragilizar psicologicamente. Mesmo assim, formamos grupos de organização e cultura, promovendo atividades teatrais e musicais. Houve dias em que conseguimos autorização para que familiares entrassem na Assembleia para assistir a apresentações culturais antes de partirem.

A convivência no interior da Alesp foi estruturada com uma divisão de tarefas e atividades para garantir a permanência no espaço pelo maior tempo possível. O professor Mauro Puerro (2018, apud FREITAS, 2019, p. LXXVI) compartilha sua experiência:

Eu tinha alguma experiência com ocupações, pois fui vice-presidente da CUT em São Paulo e participei da ocupação de fábricas e terrenos. Dentro da Alesp, a organização coletiva foi essencial. Se não houvesse trabalho em equipe e participação democrática nas plenárias, a ocupação não teria se sustentado.

Diariamente, voluntários eram requisitados para cuidar da segurança, alimentação e higiene, incluindo a limpeza dos banheiros. Também havia grupos organizando reuniões, assembleias e atividades culturais, fundamentais para manter o ânimo dos professores confinados.

Maria Heloisa Aguiar Silva (2018, apud FREITAS, 2019, p. CXXVIII) descreve a sensação do tempo durante a ocupação:

Não lembro quantos dias ficamos lá, parecia uma eternidade. Dormíamos nos corredores, mas depois chegaram colchonetes, roupas, produtos de higiene. Os gabinetes abertos serviam de abrigo. O Erasmo Dias entrou na Assembleia com sua postura autoritária, mas ninguém o hostilizou, tínhamos uma reação violenta. Para mim, a ocupação parecia um cárcere. Não podíamos sair, pois, ao sair, não poderíamos mais entrar. Essa sensação de confinamento marcou profundamente a experiência.

Para superar o medo e a insegurança, os professores se organizavam em tarefas cotidianas e buscavam distração em atividades culturais e recreativas. Aguiar (2018, apud FREITAS, 2019, p. CXXX) relata: “Havia grupos dedicados ao teatro, música e debates. Recebíamos doações como baralhos e outros itens de entretenimento. Ocupávamos o tempo da melhor forma possível.”

A ocupação também revelou aspectos não frequentemente discutidos sobre as lutas sociais da classe trabalhadora. Um deles foi a significativa participação popular, que cercou

de solidariedade a ação dos professores. Roberto Felício (2017, apud FREITAS, 2019, p. VII) relembra:

Houve um processo de renovação: alguns saíam, outros entravam. Nos finais de semana, recebíamos visitas de familiares, principalmente das professoras que eram mães. Era emocionante ver as crianças visitando suas mães, trazendo momentos de choro e alegria. Realizamos diversas atividades para animar os ocupantes e gerar comoção para fora do movimento.

A grande imprensa retratava a greve dos professores como uma vilã na crise do ensino público, enfatizando a falta de aulas e os prejuízos para os alunos, sem discutir as condições de trabalho dos docentes e a precariedade da infraestrutura escolar. Apesar dessa cobertura parcial, a ocupação da Alesp ampliou a discussão sobre a greve e gerou apoio popular.

A cobertura midiática, ao destacar o “fechamento das escolas” e os “prejuízos aos alunos”, ignorou as pautas estruturais dos professores, como condições de trabalho e defesa do ensino público. A ocupação da Alesp, contudo, desencadeou um contraponto: setores da sociedade passaram a reconhecer a legitimidade das reivindicações, gerando redes de solidariedade.

Esse fenômeno ilustra a tensão entre a criminalização das greves docentes e a emergência de apoio popular, tema recorrente na historiografia educacional (ALMEIDA, 2005; SANTOS, 2010).

Em muitos círculos sociais, a greve passou a ser analisada para além do viés pejorativo da imprensa, e algumas camadas da população se solidarizaram ativamente com os professores, reconhecendo a justezas de suas reivindicações.

Nove dias de ocupação revelaram a capacidade de organização docente e a complexidade das lutas trabalhistas. A ação não apenas pressionou o governo, mas também desafiou estereótipos sobre protestos, mostrando que ocupar espaços de poder pode estimular o aprofundamento da consciência social sobre o papel das instituições do Estado na sociedade burguesa. A resistência cultural — com arte e coletividade — emergiu como ferramenta política, fortalecendo laços internos e atraindo empatia externa.

A greve de 1993 na Alesp permanece um marco na história do movimento docente paulista. Mais do que uma reivindicação salarial, foi um ato de reinvenção do cotidiano, onde o estranhamento inicial deu lugar à construção de novas táticas de luta, reverberando na sociedade como um alerta sobre o valor da educação pública.

A ocupação de 1993 representou um marco na politização docente, articulando táticas sindicais tradicionais com inovações organizacionais. Sua análise, à luz dos depoimentos e do debate historiográfico, evidencia a complexidade das lutas educacionais, que transcendem demandas salariais para abarcar a defesa da escola pública como bem coletivo. Futuros estudos poderiam explorar o legado desse movimento nas greves subsequentes e seu impacto nas políticas educacionais paulistas.

A ocupação da Alesp, portanto, revelou a força do movimento docente e seu impacto na sociedade, reforçando a importância da luta por melhores condições para a educação pública paulista.

Solidariedade ativa da população: o poder do apoio coletivo

O movimento grevista dos professores ganhou força inesperada com a adesão maciça da população, que não apenas arrecadou alimentos e recursos financeiros, mas também manteve presença constante nas proximidades da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp). A dimensão desse apoio surpreendeu até mesmo as lideranças mais esperançosas, transformando-se em um fator político decisivo para a resistência.

A ocupação durou nove dias sem intervenção violenta das forças policiais, graças à pressão social gerada por essa mobilização, materializando a união dentro e fora da Alesp, com docentes e os representantes da comunidade permaneceram unidos, compartilhando o objetivo de defender a educação pública.

Vigílias contínuas, organizadas por professores e civis nos arredores do Palácio Nove de Julho, garantiram segurança e suporte material aos ocupantes. A colaboração se estendeu a ações práticas: alguns professores assumiram aulas de colegas em redes municipais e particulares, enquanto moradores vizinhos doavam

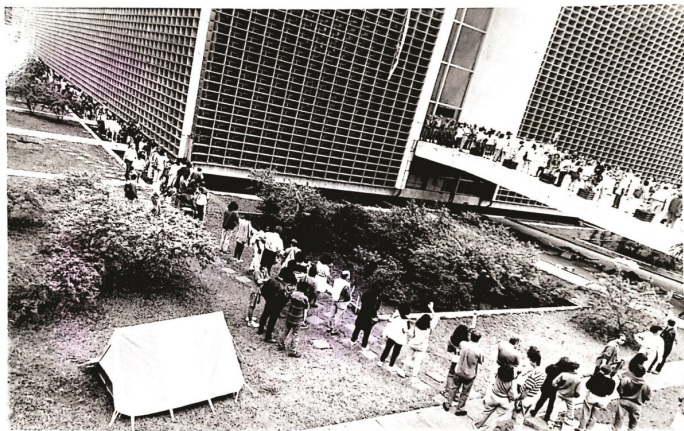
água — repassada em garrafas PET por uma corrente humana —, já que o governo havia cortado o abastecimento do prédio.

A solidariedade ultrapassou barreiras institucionais. Representantes da PUC-SP, por exemplo, negociaram ajustes acadêmicos para alunos envolvidos na greve, assegurando que não fossem prejudicados. Relatos como o da professora Aguiar (2018, apud FREITAS, 2019, p. CXXX) ilustram esse cenário:

Ficávamos atentos ao que acontecia do lado de fora. Havia mais gente ali do que dentro da Alesp! Ver meus alunos e colegas presentes era emocionante. Isso nos dava força para continuar. A PUC enviava pessoas para saber de nossas necessidades... Foi uma conexão única.

A fotografia de Regina Vilela (Figura 2) sintetiza esse espírito. O registro do abraço coletivo em 24/10/1993 revela a energia contagiante do momento: rostos diversos, unidos, expressando determinação e afeto. A imagem não apenas documenta um evento, mas simboliza a resistência através da cooperação — elemento que todos os entrevistados destacaram como fundamental para a valorização da luta.

Figura 2



**Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, abraço coletivo, dia 24/10/1993
(fotos do acervo da Apeoesp/Regina Vilela)**

Análise e o legado da mobilização

A participação popular transcendeu o apoio logístico: reforçou a legitimidade do movimento no debate público. Cada gesto, desde a doação de água até a flexibilização acadêmica, criou uma rede de sustentação que desafiou a narrativa estatal. A fotografia, ao retratar o abraço coletivo, evidencia a força simbólica do corpo a corpo, onde a proximidade física traduziu coesão social. Essa dinâmica mostrou que, mesmo em contextos de repressão, a organização comunitária pode redefinir os limites da resistência.

Fotografias como a **Figura 1** (concentração de professores) e **Figura 2** (abraço coletivo) evidenciam a organização e a união da categoria. A presença de faixas, cartazes e a expressão corporal dos manifestantes transmitem determinação e resistência.

Houve dois episódios notáveis nesse período. Primeiro, a relação entre professores e forças policiais, que, apesar de originalmente destinadas à repressão, passaram a interagir de forma respeitosa com os ocupantes. Um exemplo simbólico disso foi registrado pela *Folha de S. Paulo*: um policial jogando xadrez com um manifestante. O segundo caso ilustra a organização interna da ocupação.

A área controlada pelos professores, mesmo sem abastecimento de água, era mantida limpa, enquanto os gabinetes dos deputados, situados em andares superiores, tornaram-se insalubres devido à falta de higiene.

Figura 3



Interior da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, no dia 21/10/1993, logo após a ocupação do recinto (fotos do acervo da Apeoesp/Regina Vilela)

Diante dessa situação, policiais e funcionários solicitaram autorização para utilizar os banheiros dos manifestantes, evidenciando a força do movimento. Por sua vez, para a professora Maria Heloisa Aguiar esse momento foi importante na luta dos professores, para revigorar a greve e colocar em pauta as reivindicações dos professores que além de questões salariais, reivindicavam melhores condições de trabalho e uma educação de qualidade. E isso só seria possível se fosse através da luta.

Luta que teve seu ápice na ocupação da Assembleia Legislativa que ajudou a dar visibilidade para essa situação.

O apoio popular foi um dos pilares da ocupação. Professores, estudantes, familiares e representantes sindicais se reuniam para garantir que não fôssemos desalojados. A corrente humana para fornecimento de água foi um exemplo marcante desse engajamento. (AGUIAR, 2018, apud FREITAS, 2019, p. CXXXIX)

Figura 4



Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, corrente humana para fornecer água aos ocupantes da Alesp, dia 26/10/1993 (Acervo: Folha de S.Paulo)

A solidariedade da população nós chamou a atenção ao longo do levantamento dos dados concernentes ao presente estudo, como, também, por ter sido citada por todos os entrevistados, que enfatizaram esse momento, como algo importante e marcante para a história da ocupação da Alesp.

Eu acho que o que tem que ser levado em consideração é a ideia da solidariedade de quem estava do lado de fora. A água, as pessoas, tinha um corredor de água, as pessoas iam pegando água e levando para a gente. A gente olhava para quem estava do lado de fora e isso fortalecia. As pessoas iam lá, família, professores, colegas de outras instituições, representantes de sindicatos, alunos, as pessoas iam lá prestar solidariedade, então um movimento que consegue gerar isso na sociedade por si só, ele é vitorioso, isso é fundamental. (AGUIAR, 2018, apud FREITAS, 2019, p. CXXXIX)

No entanto, a cobertura da imprensa sobre a ocupação apresentou divergências. O professor Roberto Felício argumenta que houve uma abordagem favorável por parte da mídia, possivelmente influenciada pela impopularidade do então governador Fleury. No entanto, análises das matérias publicadas à época revelam uma tendência contrária, com veículos como a Folha de S. Paulo enfatizando os prejuízos causados aos alunos pela paralisação.

Figura 5



Abraço coletivo, realizado pelos professores e seus filhos, em torno da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, no dia 24/10/1993 (fotos do acervo da Apeoesp/ Regina Vilela)

A imagem acima evidencia a presença de familiares dos docentes nos atos públicos, incluindo a iniciativa de formar um abraço coletivo em torno da Alesp. Esse gesto buscava demonstrar aos professores que resistiam dentro do prédio que não estavam sozinhos, reforçando sua determinação e legitimando a luta pela valorização da educação pública.

Os registros coletados atestam que a solidariedade popular foi um dos elementos centrais da ocupação, garantindo sua sustentação e fortalecendo a mobilização em prol dos direitos dos professores. Essa experiência reafirma a importância da união entre educadores e sociedade na luta por condições dignas de trabalho e uma educação de qualidade.

Desocupação, repressão e medo!

Os professores que ocupavam a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) havia nove dias foram abruptamente coagidos e expulsos do Palácio Nove de Julho na madrugada de 29 de outubro de 1993. Sem resistência, afinal, acostumados ao manuseio de livros, giz e lousas, nada poderiam fazer contra as forças de repressão do Estado, acompanhado de cães bravios e munido de armamentos e equipamentos militares próprios de conflitos bélicos.

Os docentes foram surpreendidos, e alguns chegaram a questionar se a diretoria sindical tinha conhecimento da operação policial em andamento (AGUIAR, 2018, apud FREITAS, 2019). Aqueles que dormiam foram despertados para uma reunião emergencial no plenário da Casa Legislativa.

De acordo com os dirigentes do movimento, seria mais seguro conduzi-los para fora da Alesp:

[...] a tropa de choque entrou pelo estacionamento, tomou conta de todo o prédio e, quando finalmente foi percebida, já estava com o controle das dependências, impossibilitando qualquer reação (PUERRO, 2018, apud FREITAS, 2019).

Para alguns dos protagonistas daqueles acontecimentos, a ação da tropa de choque da Polícia Militar (PM) trouxe, ironicamente, certo alívio. A desocupação imposta permitia que os professores encerrassem aquela situação tensa e constrangedora sem a humilhação de abandonar a ocupação por conta própria, admitindo uma derrota sem ganhos econômicos e sociais.

Durante a ocupação, o governo manteve-se intransigente, sem abrir negociações com a categoria, enquanto muitos docentes enfrentavam dificuldades materiais e constrangimentos morais (FELÍCIO, 2017, apud FREITAS, 2019).

Figura 6

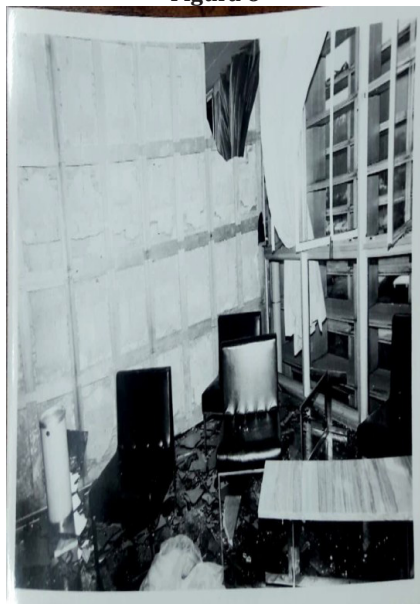


Figura 7



Figuras 6 e 7: Interiores da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, no dia 21/10/1993, logo após a desocupação (fotos do acervo da Apeoesp/Regina Vilela)

A desocupação foi truculenta, marcada por intimidações e táticas de terror psicológico, deixando uma marca indelével na memória dos envolvidos nesse episódio traumático da história do magistério paulista.

O professor Mauro Puerro relata que, apesar da ausência de confronto físico direto, houve registros de professores

agredidos pela polícia. A violência simbólica e psicológica foi amplamente utilizada durante a operação:

Eu fui pego de surpresa porque, após nove dias de ocupação, um dos cursinhos onde eu lecionava pediu que eu retornasse, sob risco de demissão. Naquela noite, saí para dar aula e, ao retornar, a Tropa de Choque já havia invadido a Assembleia. Nós não prevíamos essa ação, a menos que algum setor da diretoria sindical estivesse ciente e não tivesse compartilhado a informação. A ocupação estava fragilizada, mas a ideia era mantê-la até conseguirmos uma negociação. Porém, a tropa entrou pela garagem, sem que percebêssemos, impossibilitando qualquer resistência (PUERRO, 2018, apud FREITAS, 2019, p. LXXXIV).

Figura 8



Momento de confronto entre professores e policiais militares, na ocupação da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, ocorrido no dia 21/10/1993 (fotos do acervo da Apeoesp/Regina Vilela).

Imagens como a **Figura 8** (confronto com a PM) e **Figura 6/7** (interior após desocupação) documentam a violência simbólica e física do Estado. A presença de equipamentos militares e a postura intimidatória da polícia contrastam com a vulnerabilidade dos professores, acostumados a “livros e giz”, conforme descrito nos relatos.

Do ponto de vista político, a professora Maria Heloisa acredita que a desocupação foi resultado de um acordo entre a diretoria do sindicato e o comando da PM, como estratégia para evitar um confronto aberto:

A desocupação foi violenta, não há como negar. Porém, houve um acordo. Nos dias anteriores, já se discutia a iminência de uma invasão. Falava-se em resistência, mas havia medo. Não tínhamos experiência nesse tipo de ação. Apesar de uma decisão coletiva, o temor individual era latente. A diretoria negociou a retirada, argumentando que a ocupação já havia cumprido seu papel de dar visibilidade ao movimento. No momento da desocupação, fomos reunidos no plenário e conduzidos para fora de forma controlada (AGUIAR, 2018, apud FREITAS, 2019, p. CXXXIII).

Embora sem o uso de disparos de armas de fogo ou enfrentamento corpo a corpo e direto, a retirada dos professores foi aterrorizante. Acostumados à rotina educacional e distante de treinamentos de autodefesa, os docentes estavam despreparados para enfrentar táticas repressivas do Estado. Como relatou a professora Maria Heloisa:

Fomos conduzidos em fila, enquanto policiais filmavam todo o processo. Na saída, havia um corredor estreito, ladeado pela tropa de choque, que batia os pés e os escudos no chão, criando um som intimidador. Foi uma pressão psicológica intensa. Algumas pessoas tentaram bloquear a avenida para chamar a atenção da imprensa, mas, sendo madrugada, poucos carros circulavam. Todos saíram chorando e com medo, enquanto eram filmados pelos policiais (AGUIAR, 2018, apud FREITAS, 2019, p. CXXXV).

Encerrada a ocupação, os professores foram forçados a deixar a casa do legislativo paulista sem obter qualquer avanço nas negociações. As autoridades paulistas continuaram se recusando a dialogar com os representantes da categoria. No entanto, apesar das dificuldades, o movimento gerou grande impacto político e social.

A solidariedade da população paulista superou as narrativas pejorativas frequentemente associadas às greves pela grande imprensa. Setores importantes da sociedade civil demonstraram apoio ativo aos docentes, engajando-se em campanhas de solidariedade e acompanhando de perto os acontecimentos nos arredores da Alesp.

Silêncio e esquecimento na história da educação

Este estudo tem como ponto de partida um questionamento intrigante: por que um momento significativo da trajetória de lutas e mobilizações dos professores de São Paulo, resultante de uma longa e exaustiva greve, não recebeu o devido destaque na história da Apeoesp? Essa greve, que apresentava especificidades semelhantes às práticas da classe trabalhadora urbana em ocupações de fábricas e do campo em tomadas de terras, permanece marginalizada nos registros da entidade.

Diversos estudos abordam a atuação da Apeoesp, suas intervenções políticas, formação de quadros e influência no cenário educacional. No entanto, quais seriam as razões para que esse episódio não tenha sido devidamente reconhecido na história do sindicato?

Diante dessa inquietação, realizamos a coleta de dados. Inicialmente, consultamos o site da entidade, onde encontramos uma cronologia abrangente dos eventos considerados mais relevantes. Entretanto, a greve de 1993 é mencionada apenas brevemente, sem qualquer referência à ocupação da Alesp.

O trecho abaixo exemplifica essa lacuna:

1993 - Em maio, ocorre a maior eleição para a Diretoria da história da Apeoesp, com a participação de 69.245 professores. Greve de 79 dias garante a aprovação pela Assembleia Legislativa na Lei Orçamentária de um artigo estabelecendo a aplicação de 30% do ICMS no Ensino de 1º e 2º graus, sendo 23% destinados à folha de pagamento da Secretaria da Educação. A greve também levou o governo Fleury a anunciar sua política salarial por seis meses e, ao final desse período, determinar correção salarial quadrimestral (APEOESP, 2023).

Fatores diversos podem ter contribuído para esse esquecimento. Para compreender esse silenciamento, recorreremos às memórias dos professores Roberto Felício, Mauro Puerro e Maria Heloisa Aguiar Silva, que participaram ativamente da ocupação da Alesp em 1993.

Figura 9



Assembleia dos professores que culminou na ocupação da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, realizada no dia 21/10/1993 (fotos do acervo da Apeoesp/ Regina Vilela)

Roberto Felício, então presidente da Apeoesp, argumenta que a greve era o evento central e que a ocupação deveria ser compreendida como parte desse processo:

O mais importante que estava acontecendo era a greve, não o acampamento. O acampamento é uma ação dentro do processo da greve, subordinado à decisão da maioria da assembleia, pois quem decide pelos professores na Apeoesp é a assembleia (FELÍCIO, 2017, apud FREITAS, 2019, p. XIII).

Esse depoimento revela que a diretoria reconhecia que a ocupação ocorreu à revelia das instâncias formais da entidade,

mas que, dada sua magnitude, deveria ser incorporada à narrativa do movimento.

Figura 10



Professores dormindo no Interior da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, registro realizado no dia 22/10/1993 (fotos do acervo da Apeoesp/Regina Vilela)

A importância da ocupação também é enfatizada pela professora Maria Heloisa Aguiar, que sugere que a diretoria da Apeoesp não deu o devido reconhecimento ao episódio por

discordar da iniciativa: “A diretoria foi acuada nesse processo e só agiu porque foi pressionada pelo apoio popular e pela repercussão midiática” (AGUIAR, 2018, apud FREITAS, 2019, p. CXL).

Mauro Puerro reforça essa percepção ao lembrar que a diretoria da Apeoesp inicialmente não previa uma greve de grandes proporções e que a mobilização ocorreu, em grande parte, devido às iniciativas da oposição sindical e da base docente:

A diretoria não estava a favor, tinha uma posição contrária. Tanto que a assembleia foi chamada para a quadra dos bancários, pois não previam uma grande adesão. No entanto, a oposição e a base forçaram a decisão e a greve foi deflagrada (PUERRO, 2018, apud FREITAS, 2019, p. LXVIII).

Os indícios de que o movimento grevista de 1993 contou com uma ampla participação e o planejamento das forças oposicionistas e a atuação de agrupamentos menores que atuavam apenas, regionalmente, no interior de algumas subsedes específicas do sindicato, são muito grandes.

A diretoria não confiava que aquele momento era favorável para uma ação de grandes proporções, daí que a greve foi arquitetada por grupos de oposição que atuavam nas instâncias deliberativas do sindicato, como é o caso das reuniões de representantes de escolas, assembleias regionais, estaduais e no seu Conselho de Representantes (CR) de abrangência estadual, com a defesa de uma posição favorável à deflagração do movimento paredista.

Figura 11



Vigília realizada por professores e populares do lado de fora da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, no dia 27/10/1993 (fotos do acervo da Apeoesp/ Regina Vilela)

Os professores de base, aqueles que participavam das assembleias, das passeatas e dos atos públicos em defesa da escola pública paulista, nem sempre tinham acesso as reuniões mais fechadas e de caráter organizativo do movimento em que estavam imersos, poderiam até mesmo acreditar na vigência de uma greve surgida espontaneamente, como nos foi relatado em algumas das entrevistas que realizamos.

Mas, para uma greve ter uma ampla e massiva participação do professorado, como vimos acontecer em 1993,

evidentemente, ela precisaria ser urdida e pacientemente construída, ou seja, não seria justamente aquele um episódio, meramente, circunstancial, surgido ao acaso, da noite para o dia, quebrando ao meio a espinha dorsal da rotina laboral nas escolas.

A gente vinha construindo pela base, mas sempre com aquele medo, se a diretoria não quer, não acontece. Foi a minha primeira experiência, mas pelo que eu vi das pessoas que tinham muita experiência, se a diretoria não quer, não acontece, mas a gente vai pra cima. E eu acho que tem uma força de uma categoria que estava sufocada mesmo. Então, explodiu. (AGUIAR, 2018, *apud* FREITAS, 2019, p. CXIX)

O movimento grevista de 1993 revelou as disputas ideológicas e organizativas dentro da Apeoesp. Embora a direção sindical tenha hesitado em apoiar a greve e a ocupação, a mobilização da categoria se mostrou expressiva, contando com ampla adesão e apoio popular.

Por fim, a professora Maria Heloisa Aguiar destaca a relevância histórica da ocupação: “A ocupação reforçou a disposição de luta da categoria, forçou a diretoria a se posicionar favoravelmente à continuidade da greve e obrigou o governo a negociar” (AGUIAR, 2018, *apud* FREITAS, 2019, p. CXXXVI).

Dessa forma, a greve de 1993 e a ocupação da Alesp representaram um marco importante e nevrálgico na história da educação pública em São Paulo. O silenciamento desse episódio nos registros oficiais da Apeoesp levanta questões sobre os

processos de construção da memória sindical e os interesses que determinam quais eventos são preservados ou esquecidos na história da entidade.

Como explicar o desaparecimento da memória social de um episódio educacional?

Na busca por uma melhor compreensão sobre como ocorreu o esmaecimento desses turbulentos acontecimentos, recorreremos às memórias de seus participantes e ao que esses educadores têm a dizer sobre os elementos motivadores do aparente esquecimento da tomada do Palácio Nove de Julho pelos professores, em 1993.

Para o professor Roberto Felício, a ocupação da Alesp e o conjunto das atividades sindicais desenvolvidas ao longo da campanha salarial daquele ano receberam a devida importância da categoria. Segundo ele, não houve a produção de quaisquer esquecimentos, pois essa greve foi apenas uma entre tantas outras organizadas pela Apeoesp ao longo de sua história.

Em sua longa digressão sobre acontecimentos capitais que marcaram a história recente do país, Felício se posiciona de maneira enérgica diante do que considera uma falsa problemática:

Não, não! Eu vou discordar primeiramente do pressuposto. Eu acho que ela está bem marcada na história da Apeoesp, nos arquivos da Apeoesp. [...] O que eu acho que tem que levar com que o debate seja legítimo, corrigindo um pouco a formulação, é o seguinte: ela vai ficando mais distante, né? Porque de [19]93 para 2003, para 2017, são vinte e quatro anos. [...] As pessoas também... uma coisa é elas aprenderem a história, outra coisa é terem vivenciado a história. [...] A história precisa ser preservada com seus personagens, mas, sobretudo, com os eventos, com o contexto político que vivíamos na época. [...] (FELÍCIO, 2017, apud FREITAS, 2019, p. L).

Segundo Felício, esse esquecimento ocorreu devido ao distanciamento temporal. Com mais de vinte anos desde o episódio, é natural que haja uma ausência de lembranças vivas e politizadas do seu significado para a categoria. Além disso, por ser uma categoria dinâmica e politicamente ativa, sua renovação constante leva ao ostracismo de fatos passados, que permanecem registrados apenas na memória de ativistas sindicais e de membros da vanguarda do movimento.

Por outro lado, para a professora Maria Heloísa, esse esquecimento foi produzido conscientemente e de maneira proposital. Ela o interpreta como uma manifestação da relação de poder, uma vez que nem a greve nem a ocupação eram desejadas pela direção majoritária da Apeoesp. Assim, não havia razão para que os dirigentes sindicais da época se preocupassem com a preservação da memória desse importante episódio:

Eu acho assim, é aquela ideia que a memória também tem uma relação de poder. O que é dado a esquecer, e o que é lembrado. [...] A diretoria não ia chamar aquela greve. [...] Ela não contava que a categoria ia ter tanta disposição de luta e para permanecer tanto tempo em greve. [...] Se depender da memória individual de cada um, ela vai se perdendo, porque não tem uma memória organizada, existe uma memória subterrânea. [...] Mas eu ainda acho que o sindicato tinha uma responsabilidade de, naquele momento, registrar pelo menos os dados. [...] (AGUIAR, 2018, apud FREITAS, 2019, p. CXXXVII).

A concepção de um esquecimento proposital é compartilhada pelo professor Mauro Puerro. Para ele, a narrativa das jornadas que culminaram na ocupação do Palácio Nove de Julho não foi preservada intencionalmente, pois os dirigentes sindicais não se preocuparam em dimensionar sua importância histórica, política e social:

A política de ocupação naquele momento não era defendida pelo setor majoritário da direção da entidade. [...] Encaminharam o que foi votado, mas isso não era parte da sua concepção sindical. [...] Isso foi um fato importante da história do movimento sindical da área da educação de São Paulo e que serviu de referência para outros estados. [...] (PUERRO, 2018, apud FREITAS, 2019, p. LXXX).

Esquecimento, silenciamento ou, ainda, a pouca relevância atribuída à ocupação da Alesp são as três visões produzidas

sobre esse episódio. Tivemos o cuidado de recuperar esses depoimentos, resgatando memórias e recordações que nos permitem recompor parte da história dos professores e das ações sindicais.

Os testemunhos revelam consonâncias e contradições, demonstrando que a compreensão da realidade não é homogênea para aqueles que dela participam. A problemática se torna ainda mais complexa quando se estuda a história de entidades sindicais democráticas e de massas, caracterizadas por ampla participação de diversas tendências e atores políticos, propiciando disputas sobre os melhores rumos para a categoria.

Ocupação da Alesp: ato de resistência ou ação espontânea docente?

Um dos primeiros questionamentos que nos impulsionou no desenvolvimento do presente estudo foi compreender se estávamos diante de uma ação espontânea de um grupo significativo de professores inconformados com o término abrupto e desprovido de resultados satisfatórios do longo movimento grevista que haviam deflagrado. Ou, pelo contrário, se a tática de ocupação havia sido planejada, discutida e pensada pelos ativistas do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP).

Para elucidar essa questão, recorreremos às memórias dos professores que participaram ativamente daquelas intensas jornadas de luta nas escolas públicas paulistas no início da década de 1990. Assim como nas seções anteriores, a sequência dos depoimentos utilizados não tem qualquer intenção hierarquizante, apenas reflete a ordem em que as entrevistas foram realizadas.

Damos início com o excerto da entrevista realizada com o professor Roberto Felício, que compartilhou suas recordações sobre a ocupação da Alesp:

Nós não tínhamos planejado a ocupação da Assembleia Legislativa. Fizemos uma assembleia no Anhangabaú, outra no Palácio do Governo e uma terceira no pátio da Assembleia Legislativa, com autorização do presidente da casa. Na rua, não seria viável, pois poderia gerar mais confusão. O melhor local para a assembleia era, de fato, o pátio da Alesp. Há fotos fantásticas desse momento, inclusive uma em que estava chovendo, todos de sombrinha. Essa, porém, era de outra greve, mas é uma foto lindíssima. Naquele momento, decidimos ir até a Assembleia Legislativa para conversar com os deputados e tentar convencê-los. Já estávamos há aproximadamente sessenta dias de greve, ou pelo menos cinquenta. A greve estava em um momento de refluxo, e talvez já não contasse mais com noventa ou cem por cento de adesão da categoria. Não sei quantificar exatamente agora. (FELÍCIO, 2017, apud FREITAS, 2019, p. VII)

Felício, que era presidente da APEOESP durante a greve de 1993, detinha uma visão privilegiada dos debates e estratégias desenvolvidas no interior do sindicato. Seu depoimento deixa claro que a ocupação da Alesp não foi um ato arquitetado pela direção da entidade representativa do magistério público paulista. Pelo seu discurso, o objetivo era criar condições favoráveis ao diálogo com as autoridades governamentais, sem que

houvesse a intenção inicial de ocupar o espaço destinado ao poder legislativo paulista.

Para compreender melhor esse momento histórico, suas tensões e a violência policial envolvida, trazemos mais trechos da entrevista do professor Roberto Felício:

Entramos na Assembleia, mas a Polícia Militar, tanto a segurança interna quanto o reforço da tropa de choque solicitado pelo presidente da casa, tentou impedir. A situação descambou para a violência, com bombas e confronto. Invadimos o plenário da Assembleia Legislativa e os corredores, e lá dentro tomamos a decisão de permanecer. (FELÍCIO, 2017, apud FREITAS, 2019, p. VII)

A ocupação da Assembleia Legislativa não foi tranquila. Foi um episódio marcado por tensão e surpresa para muitos professores, que acabaram envolvidos direta ou indiretamente, seja por discordarem do fim da greve ou por reagirem ao contexto inesperado.

Como observa Felício:

Não foi decisão da assembleia. Lá dentro, aqueles que estávamos ocupando decidimos continuar. Muitos professores foram embora, pois não estavam preparados para aquilo, mas um contingente expressivo optou por permanecer. (FELÍCIO, 2017, apud FREITAS, 2019, p. VII)

O depoimento de Felício revela que a ocupação ocorreu de forma espontânea, impulsionada pelas circunstâncias adversas

enfrentadas pelos grevistas. No entanto, a direção sindical acabou assumindo a ação: “Nós que estávamos lá dentro decidimos que íamos continuar ocupando a Assembleia Legislativa (...)”.

Por outro lado, o professor Mauro Puerro apresenta uma interpretação distinta dos acontecimentos. Questionado sobre se a ocupação foi espontânea ou fruto de planejamento prévio, ele respondeu:

O processo já vinha sendo debatido. Em uma assembleia anterior, discutimos a ocupação. Na APEOESP, as assembleias eram semanais, reunindo milhares de professores. Já havia ocorrido um primeiro debate e, na segunda assembleia, que ocorreu na Alesp, foi decidido pela ocupação. Alguns setores do sindicato eram contrários, mas perderam o debate. Então, a ocupação foi votada e realizada. Quando entramos, houve enfrentamento com a polícia, mas éramos muitos. Dentro da Assembleia, realizamos uma nova assembleia para organizar a permanência. (PUERRO, 2018, apud FREITAS, 2019, p. LXXII)

Comparando os relatos de Felício e Puerro, percebemos que há grandes diferenças interpretativas. Para Felício, a ocupação foi um ato espontâneo dos professores presentes na assembleia. Já para Puerro, tratou-se de uma estratégia planejada, visando impedir que a liderança do sindicato encerrasse a greve antes que seus objetivos fossem atingidos.

Puerro reforça esse posicionamento ao afirmar:

A ocupação foi um ato de resistência e uma tática do movimento. Nunca antes os professores haviam ocupado um prédio público, o que gerou impacto positivo para a mobilização. Ela não foi um ato desesperado, mas sim uma estratégia pensada para aquela situação. (PUERRO, 2018, apud FREITAS, 2019, p. LXXV)

Nem todos os professores sabiam da ocupação ou desejavam que ela ocorresse. Muitos, inclusive, os membros da diretoria da APEOESP, foram surpreendidos pela ação. O relato da professora Maria Heloisa Aguiar Silva ilustra essa perspectiva:

No dia da ocupação, estávamos na frente da Alesp. Lá dentro, ocorria uma votação. Eu e um grupo de colegas entramos na plenária para protestar contra o deputado Erasmo Dias. De repente, o Severino entrou correndo, gritando sobre a invasão. Saímos da plenária e vimos a Assembleia tomada. Muitos não estavam preparados para ficar lá dentro. Eu mesma tive que sair para avisar minha família e voltei pela janela do banheiro no dia seguinte. O cerco policial já estava formado, mas conseguimos entrar de volta. A ocupação foi se consolidando aos poucos. (AGUIAR, 2018, apud FREITAS, 2019, p. CXXVII)

A ocupação da Alesp foi um ato de resistência conduzido por uma vanguarda do movimento, combinando elementos de espontaneidade com uma estratégia deliberada de parte dos ativistas

sindicais. As divergências de interpretação entre os entrevistados refletem as contradições e disputas internas da APEOESP.

Independentemente da perspectiva adotada, é inegável que a ocupação alterou a rotina da Assembleia Legislativa e marcou um novo momento na história das lutas do magistério do ensino público paulista.

Figura 12



Assistência do plenário da Alesp, tomado pelos professores, conforme registro realizado no dia 21/10/1993 (fotos do acervo da Apeoesp/Regina Vilela)

Com o auxílio das entrevistas e das fontes fotográficas, como essa acima reproduzida, esperamos que nos tenha sido possível rememorar como se deu a organização do espaço ocupado e alguns aspectos dos hábitos dos professores que ali permaneceram com seus corpos, que não estabeleceram quaisquer relações de pertencimento, mas, de resistência naquele ambiente palaciano e hostil aos seus afazeres escolares e pedagógicos cotidianos!

Uma análise atenta e pormenorizada dos conteúdos das fotografias, memórias e relatos fornecidos pelos professores Roberto Felício, Mauro Puerro e Maria Heloisa Aguiar Silva nos permite concluir que o movimento de ocupação da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) foi marcado por uma significativa carga de positividade.

Esse episódio não apenas recebeu o respaldo popular por meio das denúncias contra os desmandos governamentais, mas também desempenhou um papel central na defesa da escola pública paulista. A rememoração da ocupação pelos seus protagonistas revelou um aspecto essencial que não pode ser negligenciado: a solidariedade despertada pelo movimento em uma parcela expressiva da sociedade.

Essa mobilização contribuiu para ampliar o apoio às reivindicações dos professores da rede pública em um período de acentuada efervescência política e social. Em um contexto histórico marcado pelo avanço das políticas neoliberais impostas de maneira acelerada pelas forças governamentais do Estado de São Paulo, a ocupação se constituiu em um ato de coragem e resistência.

Para seus participantes, a iniciativa trouxe para o centro do debate público as consequências desse ideário político, econômico e financeiro sobre o sistema educacional. Esse episódio, embora de grande relevância para a história da educação brasileira, permanece pouco lembrado ou até mesmo relegado ao esquecimento.

As razões para essa omissão foram exploradas nas entrevistas com os professores, que apresentaram diferentes perspectivas

sobre a ausência de registros mais perenes acerca do seu significado político e impacto social. Ao projetar essa ocupação como um momento de resistência, inserido nas contradições inerentes à dinâmica do capitalismo e aos conflitos internos das entidades sindicais, tivemos a oportunidade de refletir e escrever sobre esse marcante e decisivo episódio da história da educação pública paulista.

Dessa maneira, este estudo contribui para a ampliação do debate historiográfico educacional, oferecendo subsídios para novas pesquisas que visem resgatar e analisar criticamente eventos de significativa relevância social e política.

Para Roberto Felício, a ocupação foi adequadamente tratada pela Apeoesp no âmbito da campanha salarial e da greve de 1993. Segundo ele, por um lado, o mais relevante foi o movimento grevista como um todo, sendo a ocupação apenas um elemento complementar na luta contra as arbitrariedades do governo Fleury e o sucateamento da educação pública paulista.

Por outro lado, Mauro Puerro argumenta que o esquecimento desse episódio foi deliberado, uma vez que tanto a greve quanto a ocupação da Alesp ocorreram à revelia da direção da Apeoesp. De acordo com sua análise, houve uma omissão intencional nos registros do sindicato, pois o episódio fugiu ao controle das forças políticas que lideravam a entidade.

Puerro critica a falta de registros oficiais, apontando que a omissão prejudica não apenas a memória docente, mas também a construção de referenciais para lutas futuras. Paradoxalmente,

relembra que o episódio inspirou mobilizações em outros estados, evidenciando seu impacto simbólico além das fronteiras paulistas.

A professora Maria Heloisa Aguiar Silva corrobora essa linha interpretativa, ressaltando que a memória está intrinsecamente ligada às disputas pelo poder. Dessa forma, o esquecimento proposital da ocupação estaria associado ao fato de não ter sido um ato planejado e conduzido pela direção majoritária do sindicato.

A utilização de múltiplas fontes documentais permitiu atingir os objetivos iniciais do estudo, ao recompor aspectos fundamentais da memória dos protagonistas da ocupação da Alesp durante a greve de 1993. Compreendemos esse evento como um marco na história da educação brasileira, cuja importância não pode ser negligenciada. Durante o processo de coleta e análise das informações, foi possível levantar questões pertinentes sobre a escassa presença desse fato nos registros acadêmicos.

O episódio permaneceu, em grande medida, restrito à memória dos participantes e a documentos dispersos. O estudo possibilitou a sistematização dessas informações, reunindo depoimentos de professores que integraram o movimento, além de fontes documentais diversificadas, como as fotografias de Regina Vilela do acervo da Apeoesp, exemplares do jornal *Folha de S. Paulo* (publicados entre 19 de agosto e 6 de novembro de 1993), periódicos da Convergência Socialista e documentos editados pelo sindicato.

Essas fontes trouxeram contribuições valiosas para a pesquisa, revelando as contradições e divergências políticas presentes nas instâncias sindicais, aspectos que emergiram com nitidez

na análise das entrevistas realizadas. A organização dessa seleta documental permitiu a problematização de questões fundamentais sobre a ocupação da Alesp, reafirmando-a como um episódio emblemático da luta docente.

Considerações finais

A ocupação da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) por professores grevistas em 1993 configura-se como um marco de resistência coletiva, cuja análise exige um diálogo crítico com as fontes documentais e o debate historiográfico sobre oralidade, imagem e memória.

A ocupação da Alesp em 1993 destaca-se não apenas pelas demandas salariais, mas pela construção de uma rede de solidariedade que redefiniu estratégias de resistência docente.

A ruptura da rotina institucional por meio de um ato de resistência inédito — a tomada do espaço legislativo — consolidou-se como uma tática distinta das formas tradicionais de mobilização docente. Essa ação, registrada em documentos fotográficos reproduzidos ao longo desta análise, congregou centenas de educadores em torno da ocupação da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), transformando o símbolo do poder estatal em uma assembleia permanente da categoria.

A organização coletiva emergiu rapidamente, com divisão de tarefas e decisões democráticas, contrastando com a

desorientação inicial de professores habituados à estrutura escolar hierárquica.

Esses sujeitos, engajados em movimentos sociais, contribuíram com saberes políticos, organizacionais e a eficácia do movimento deveram-se, em parte, à atuação de docentes com trajetórias políticas anteriores, muitos dos quais traziam experiências de lutas sindicais em fábricas, onde ocupações eram mais frequentes.

A dinâmica interna da ocupação, conforme relatos caracterizaram-se por uma estruturação espontânea, porém coordenada. Grupos de trabalho foram formados para lidar com infraestrutura, cultura e segurança, enquanto assembleias diárias garantiam a participação horizontal. A adversidade imposta pelo governo — como a suspensão de água, luz e ar-condicionado — exigiu resiliência, mas também fortaleceu a coesão do grupo.

A organização incluía desde a limpeza coletiva até debates e apresentações artísticas, estratégias que mantinham o ânimo e a unidade. A presença de crianças e a comoção gerada por gestos de apoio externo, como doações de alimentos e itens de higiene, humanizaram a ocupação, rompendo com a imagem de “baderna” propagada pela mídia.

O apoio popular, materializado em ações cotidianas e gestos simbólicos, desafiavam narrativas que reduzem movimentos grevistas a conflitos corporativos. Como demonstram Aguiar e Puerro, a interação entre ocupantes, comunidade e até agentes estatais revela o potencial pedagógico da mobilização coletiva,

ecoando estudos como os de Gohn (1997) sobre a dimensão educativa dos movimentos sociais.

Este caso convida à reflexão sobre como a historiografia educacional pode incorporar perspectivas micro-históricas e relatos orais, enriquecendo análises estruturais com experiências subjetivas. Futuras pesquisas poderão explorar os desdobramentos dessas solidariedades em políticas públicas ou em trajetórias individuais de participantes, ampliando o diálogo entre memória e história.

Ao cruzarmos fotografias, relatos orais e registros midiáticos, emerge um episódio pouco difundido, porém fundamental para compreender as tensões entre movimento sindical, Estado e sociedade no contexto neoliberal dos anos 1990. As imagens da ocupação, divididas entre o acervo da Apeoesp/Regina Vilela e o arquivo da *Folha de S.Paulo*, revelam a dualidade das narrativas:

- **Acervo sindical:** Destaca solidariedade (Fig. 1, 2, 5), organização interna (Fig. 3) e resistência simbólica (Fig. 8), reforçando a legitimidade da greve.
- **Imprensa hegemônica:** Foca na logística da ocupação (Fig. 4) e no “prejuízo aos alunos”, evidenciando um viés crítico ao movimento.

Essa dicotomia ilustra o caráter intencional das fotografias, que não são meros registros, mas construções carregadas de perspectiva (SONTAG, 2003). Enquanto o sindicato buscava valorizar a coesão, a grande mídia amplificava conflitos, reforçando a necessidade de análise crítica das fontes visuais na historiografia (KOSSOY, 2001).

Apesar de sua relevância, o episódio permanece subdocumentado na historiografia educacional brasileira. Os entrevistados apresentaram interpretações distintas para esse apagamento:

- **Roberto Felício** vinculou-o à priorização da greve geral de 1993 pela Apeoesp, que relegou a ocupação a um papel complementar — embora vigoroso — na luta contra o governo Fleury e o sucateamento do ensino público.
- **Mauro Puerro** apontou uma omissão intencional na memória sindical, já que o movimento ocorreu à margem do controle da diretoria majoritária da entidade à época.
- **Maria Heloisa Aguiar Silva** reforçou essa análise, associando o esquecimento a disputas de poder internas, uma vez que o ato não foi orquestrado pela liderança sindical hegemônica.

Para reconstituir a memória do evento, este estudo valeu-se de fontes diversificadas: depoimentos de participantes, fotografias do acervo da Apeoesp (como as de Regina Vilela), reportagens da *Folha de S. Paulo* (agosto a novembro de 1993), periódicos da Convergência Socialista e edições do jornal sindical. Tais documentos não apenas preenchem lacunas historiográficas, mas revelam contradições internas do movimento, como as divergências políticas no âmbito do sindicalismo docente.

As três perspectivas analisadas revelam tensões entre explicações estruturais (distanciamento temporal, rotinização

das lutas) e políticas (conflitos internos, controle da narrativa). Enquanto Felício enfatiza a naturalidade do esquecimento em organizações de massa, Aguiar e Puerro destacam o papel ativo de grupos hegemônicos na supressão de memórias inconvenientes. Essa dualidade remete a debates clássicos da historiografia educacional, como a relação entre memória e poder (LE GOFF, 1990) e a função dos arquivos na legitimação de discursos.

A ausência de documentos oficiais sobre a ocupação — contrastando com sua ampla cobertura midiática — sugere que seu apagamento foi menos um acidente e mais um ato de curadoria política, típico de entidades que buscam controlar sua imagem histórica. Este breve estudo ilustra desafios metodológicos recorrentes na história da educação: a dependência de fontes institucionais, a volatilidade de memórias militantes e a necessidade de cruzar registros oficiais com narrativas marginais.

A recuperação do episódio exige não apenas garimpo documental, mas também um diálogo crítico com as fontes orais, reconhecendo suas lacunas e parcialidades. em última instância, o “esquecimento” da ocupação de 1993 reflete disputas pela definição do que merece ser lembrado — um processo no qual os sindicatos, como agentes políticos, atuam tanto como guardiões quanto, ne medida em que se burocratizam, como censores de sua própria história.

O apoio ao movimento grevista alcançou dimensões inesperadas, surpreendendo até as lideranças mais otimistas. A arrecadação de alimentos, fundos e a presença constante da

população nas imediações da Alesp foram decisivas para sustentar a ocupação por nove dias, evitando a intervenção policial. Docentes e comunidade permaneceram unidos dentro e fora do prédio, em vigílias que asseguravam apoio moral e material.

A solidariedade manifestou-se de formas criativas: professores de redes municipais e particulares substituíam colegas grevistas; vizinhos doavam água em garrafas PET, repassadas em fila indiana após o corte de abastecimento ordenado pelo governo; estudantes da PUC-SP intermediaram acordos para evitar prejuízos acadêmicos aos manifestantes. Atividades culturais, como teatro e debates, enriqueceram o espaço de resistência, enquanto familiares dos professores reforçavam o apoio humano em gestos simbólicos, como o “abraço coletivo” à Alesp.

O engajamento popular despertado pelo movimento grevista docente de 1993, materializado na arrecadação de alimentos, recursos financeiros e na presença contínua de cidadãos nas imediações da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), superou as expectativas até mesmo das lideranças mais otimistas da ocupação. Esse fenômeno, registrado com entusiasmo nas entrevistas que fundamentam este estudo, revela a dimensão inédita do apoio comunitário. A adesão direta de segmentos significativos da sociedade civil foi decisiva para a manutenção da ocupação por nove dias, impedindo que as forças policiais estatais intervissem com violência para desocupar o prédio.

Durante esse período, professores e população permaneceram unidos, dentro e fora da Alesp, compartilhando o objetivo

comum de defender a escola pública. Essa sinergia amplificou a repercussão do movimento no debate público, conferindo-lhe legitimidade e ressonância social.

A solidariedade ativa manifestava-se em vigílias permanentes, organizadas por civis e docentes no entorno do Palácio Nove de Julho, as quais garantiam segurança simbólica e material aos ocupantes. Relatos destacam ações como a substituição de aulas por colegas de outras redes, a doação de água em garrafas PET por vizinhos da Alesp — cujo abastecimento havia sido cortado — e a distribuição de alimentos e produtos de higiene. Tais gestos, aparentemente modestos, foram estruturantes para a resistência coletiva.

Curiosamente, até mesmo policiais designados para conter o ato estabeleceram vínculos com os ocupantes. A organização interna permitia que agentes de segurança e funcionários dos gabinetes utilizassem banheiros controlados pelos grevistas, evidenciando a capacidade de resistência e diálogo do movimento.

A cobertura midiática do episódio suscita debates historiográficos. Embora Roberto Felício destaque uma cobertura midiática “simpática” devido à falta de apoio político ao governador Fleury, a análise de jornais como a *Folha de S. Paulo* revela enfoques ambíguos: as reportagens frequentemente destacavam os prejuízos da greve aos alunos, contradizendo a noção de apoio unânime. Essa dualidade ressalta a complexidade de interpretar o papel da imprensa em contextos de conflito. Tal nuance reforça a importância de cruzar fontes para evitar análises reducionistas.

A ocupação da Alesp transcendeu seu caráter episódico, consolidando-se como símbolo de resistência coletiva. Em um cenário de avanço neoliberal, o movimento expôs tensões estruturais e reafirmou o papel da solidariedade nas lutas sociais.

Seu legado, ainda que pouco estudado, ressalta a importância de preservar memórias dissidentes que desafiam narrativas hegemônicas, oferecendo insights críticos para os embates educacionais contemporâneos. A mobilização demonstrou que lutas por direitos, quando ancoradas no engajamento popular, têm o potencial de gerar impactos duradouros, reforçando a educação pública como pilar de transformação social.

Esse movimento se mostra fundamental para entender a base do materialismo histórico e a crítica marxista à ideologia, pois, materializa a compressão de que a consciência humana e as concepções ideológicas são determinadas pelas condições materiais e sociais da existência.

Os depoimentos de Roberto Felício, Mauro Puerro e Maria Heloisa Aguiar Silva não apenas preenchem lacunas documentais, mas expõem disputas internas de poder:

- **Roberto Felício** (ex-presidente da Apeoesp): Minimiza a ocupação, atribuindo seu apagamento à priorização da greve geral de 1993.
- **Mauro Puerro e Maria Heloisa:** Apontam omissão intencional, já que o ato ocorreu à margem da diretoria sindical, desafiando a narrativa oficial.

Essas divergências refletem a tensão entre memória institucional e memórias marginais, destacando a oralidade como ferramenta para resgatar vozes silenciadas. A metodologia de triangulação (história oral, imprensa e iconografia) permitiu confrontar versões, como a suposta “simpatia midiática” citada por Felício, contraditada pelas críticas da *Folha de S.Paulo* ao movimento.

A ocupação ocorreu em um cenário de austeridade salarial e avanço de políticas neoliberais, que precarizavam o ensino público. A greve de 65 dias, com adesão massiva, e a ocupação inédita da Alesp tornaram-se símbolos de resistência, mobilizando redes de solidariedade:

- **Apoio popular:** Doações de água, alimentos e vigílias externas sustentaram o movimento por nove dias.
- **Estratégias criativas:** Professores de redes particulares substituíam grevistas; estudantes da PUC-SP mediavam acordos acadêmicos; atividades culturais mantinham o ânimo dos ocupantes.

Apesar da desocupação violenta pela Polícia Militar em 29 de outubro de 1993, o episódio deixou um legado de politização docente, influenciando greves posteriores. Contudo, seu apagamento na historiografia tradicional revela a seletividade da memória sindical, que privilegiou conquistas institucionais (como os 30% do ICMS para educação) em detrimento de táticas de confronto.

A desocupação de 1993 simboliza a vulnerabilidade de movimentos sociais frente a aparatos repressivos. Se, por um lado, a ação policial encerrou a ocupação sem concessões

governamentais, por outro, consolidou a greve como marco de resistência na história educacional paulista.

O episódio reforça a necessidade de revisão crítica do papel do Estado em conflitos trabalhistas, tema ainda urgente na historiografia brasileira. A documentação do evento expõe lacunas na historiografia educacional, ainda centrada em estruturas formais e líderes sindicais.

Para superar esse reducionismo, propõe-se:

1. **Incorporar micro-histórias:** Valorizar relatos orais e experiências subjetivas, como o “cárcere voluntário” descrito por Maria Heloisa.
2. **Analisar fontes marginais:** Periódicos alternativos (ex.: *o jornal da Convergência Socialista*) oferecem contrapontos à narrativa hegemônica.
3. **Contextualizar disputas de poder:** O silêncio sobre a ocupação na cronologia oficial da Apeoesp reflete conflitos entre diretorias e bases, tema recorrente na história dos movimentos sociais.

As fotos preservam a memória de um movimento de uma luta coletiva que, embora parcialmente derrotado, mobilizou milhares de professores e gerou solidariedade inédita. Elas contestam narrativas oficiais que minimizam greves educacionais, mostrando-as como atos legítimos de resistência.

As imagens evidenciam como questões salariais e condições de trabalho se entrelaçam com lutas por dignidade e reconhecimento social. A ocupação da Alesp simbolizou a tentativa de ocupar espaços de poder para pressionar por mudanças.

A ocupação de 1993 trouxe um legado para movimentos contemporâneos e antecipou táticas usadas em protestos recentes, como as ocupações de escolas em 2015-2016. As imagens servem como referência para analisar continuidades e rupturas nas lutas educacionais.

A ocupação da Alesp em 1993 transcendeu seu caráter episódico ao articular resistência política, solidariedade popular e inovação metodológica na análise histórica. Seu estudo reforça a importância de fontes plurais — imagens, depoimentos, mídia alternativa — para desafiar narrativas oficiais e recuperar memórias dissidentes.

As fotografias e as memórias da ocupação da Alesp em 1993 são mais que registros estáticos: são testemunhos de resistência, ferramentas de denúncia e símbolos de esperança. Para a historiografia educacional, elas ampliam o entendimento sobre como os professores articulam lutas materiais e simbólicas, além de destacar o papel da imagem na construção da memória coletiva.

Ao preservar esses registros, mantém-se viva a história de uma categoria que, mesmo sob a repressão, insistiu em defender a educação pública como direito social. Enquanto a historiografia educacional tradicional tende a apagar táticas radicais, este caso demonstra que a preservação de registros marginais é crucial para compreender a complexidade das lutas educacionais, especialmente em contextos de autoritarismo e neoliberalismo.

Futuras pesquisas poderão explorar como o legado dessa mobilização ecoa em movimentos contemporâneos, reafirmando a educação pública como espaço de transformação social.

A greve de 1993 e a ocupação da Alesp encapsulam tensões entre institucionalidade e radicalidade, com reverberações na memória sindical. Seu apagamento reflete não apenas disputas políticas internas, mas também lacunas na historiografia da educação, que precisa incorporar perspectivas críticas sobre ações coletivas “de baixo para cima”. Recuperar tais episódios é essencial para compreender a complexidade dos movimentos docentes, transcendendo narrativas de caráter homogêneo, apologético e fadado às efêmeras celebrações.

Referências & Obras de Apoio

ALMEIDA, Danusa Mendes; FERREIRA JUNIOR, Amarílio. As pesquisas sobre o associativismo docente no Brasil: o que dizem as produções acadêmicas nacionais. In: BAUER, Carlos; DINIZ, Cássio; PAULISTA, Maria Inês (org.). **Sindicalismo e associativismo dos trabalhadores em educação no Brasil**. v. 2. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Uso e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org.). **Pós-neoliberalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **O que é sindicalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1980. (Coleção Primeiros Passos).

BAUER, Carlos; DINIZ, Cássio; PAULISTA, Maria Inês (org.). **Sindicalismo e associativismo dos trabalhadores em educação no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou ofício do historiador**. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CARNOY, Martin. **Mundialização e reforma na educação**. Brasília: CNPq/IBICT/UNESCO, 2002.

CASTRO, Pedro. **Greve: fatos e significados**. São Paulo: Ática, 1986.

CUNHA, Luiz Antônio. O desenvolvimento meandroso da educação brasileira entre o estado e o mercado. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 809-829, out. 2007.

DAL ROSSO, Sadi et al. **Associativismo e sindicalismo em educação: organizações e lutas**. Brasília: Paralelo 15, 2011. (Biblioteca Sindicalismo em Educação, v. 1).

DAL ROSSO, Sadi; LUCIO, Magda de Lima. O sindicalismo tardio da educação básica no Brasil. **Revista Universidade e Sociedade**, Brasília, DF, ano XIV, n. 33, p. [indicar página], 2004.

DAL ROSSO, Sadi. **Contribuições para a teoria do sindicalismo no setor da educação**. Rosario: Universidad Nacional de Rosario, 2011.

DAL ROSSO, Sadi; CRUZ, Hélvia Leite; RÊSES, Erlando da Silva. Condições de emergência do sindicalismo docente. **Pro-Posições**, Campinas, v. 22, n. 2, p. 36, maio/ago. 2011.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 1999.

DEMO, Pedro. **Pesquisa: princípios científicos e educativos**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca da Educação, Série 1, v. 14).

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico e outros ensaios**. Campinas: Papirus, 1994.

FERREIRA JUNIOR, Amarílio. **Sindicalismo e proletarianização: a saga dos professores brasileiros**. 1998. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. A reforma do ensino superior no campo da educação básica: as políticas educacionais e o movimento dos educadores. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 68, p. 17-44, dez. 1999.

FREITAS, Viviane. **Conflito, resistência e solidariedade na história da educação pública paulista: um estudo sobre a ocupação da Alesp pelos professores durante a greve de 1993**. 2019. Dissertação (Mestrado) – Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional. In: GENTILI, Pablo (org.). **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. Petrópolis: Vozes, 1995.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2000.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 82, p. 93-130, abr. 2003.

GINDIN, Julián; FERREIRA, Marcia Ondina Vieira; DAL ROSSO, Sadi (org.). **Associativismo e sindicalismo em educação: teoria, história e movimentos**. Brasília: Paralelo 15, 2013. (Biblioteca Sindicalismo em Educação, v. 2).

GINDIN, Julián. Sindicalismo dos trabalhadores em educação: tendências políticas e organizacionais (1978-2011). **Educar em Revista**, Rio de Janeiro, 2013.

GINDIN, Julián. Sindicalismo docente em México, Brasil y Argentina: uma hipótese explicativa de su estructuración diferenciada. **Revista Mexicana de Investigación Educativa**, v. 13, n. 37, abr./jun. 2008.

GINDIN, Julián; CARDOSO, Adalberto. O movimento sindical na Argentina e no Brasil (2002-2014). **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 32, n. 1, jan./abr. 2017.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 1990.

HARDMAN, Francisco Foot. **Nem pátria, nem patrão**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & história**. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. Tradução Osvaldo Coggiola. São Paulo: Boitempo, 1998.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Lutas de classes na Alemanha**. Tradução Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2010.

SAVIANI, Demerval. Breves considerações sobre fontes para história da educação. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. especial, p. 28-35, ago. 2006.

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. Tradução de Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SOUZA, Gilberto P. **Inimigos públicos: ensaios sobre a mercantilização da educação básica no Brasil**. São Paulo: Usinas Editorial, 2017.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Jornais consultados

CONVERGÊNCIA SOCIALISTA. São Paulo, 4 ago. a 17 nov. 1993.

FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, 19 ago. a 6 nov. 1993.

JORNAL DA APEOESP. São Paulo, ago. a nov. 1993.

Entrevistas

FELÍCIO, Roberto. Entrevista concedida em 18 de novembro de 2017.

PUERRO, Mauro. Entrevista concedida em 5 de janeiro de 2018.

SILVA, Maria Heloisa Aguiar. Entrevista concedida em 7 de maio de 2018.

Fontes eletrônicas

APEOESP. Disponível em: <http://www.apoesp.org.br>. Acesso em: 10 out. 2017.

CPDOC FGV. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 10 out. 2017.

Imagens

Todas as fotografias citadas são do acervo da APEOESP/Regina Vilela, exceto a Figura 4 (Acervo: Folha de S.Paulo).

Legendas das Figuras

Figura 1 – Concentração de professores grevistas na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, no dia 27/10/1993 (fotos do acervo da Apeoesp/Regina Vilela).

Figura 2 – Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, abraço coletivo, dia 24/10/1993 (fotos do acervo da Apeoesp/Regina Vilela).

Figura 3 – Interior da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, no dia 21/10/1993, logo após a ocupação do recinto (fotos do acervo da Apeoesp/Regina Vilela).

Figura 4 – Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, corrente humana para fornecer água aos ocupantes da Alesp, dia 26/10/1993 (Acervo: Folha de S.Paulo).

Figura 5 – Abraço coletivo, realizado pelos professores e seus filhos, em torno da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, no dia 24/10/1993 (fotos do acervo da Apeoesp/Regina Vilela).

Figuras 6 e 7 – Interiores da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, no dia 21/10/1993, logo após a desocupação (fotos do acervo da Apeoesp/Regina Vilela).

Figura 8 – Momento de confronto entre professores e policiais militares, na ocupação da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, ocorrido no dia 21/10/1993 (fotos do acervo da Apeoesp/Regina Vilela).

Figura 9 – Assembleia dos professores que culminou na ocupação da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, realizada no dia 21/10/1993 (fotos do acervo da Apeoesp/Regina Vilela).

Figura 10 – Professores dormindo no interior da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, registro realizado no dia 22/10/1993 (fotos do acervo da Apeoesp/Regina Vilela).

Figura 11 – Vigília realizada por professores e populares do lado de fora da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, no dia 27/10/1993 (fotos do acervo da Apeoesp/Regina Vilela).

Figura 12 – Assistência do plenário da Alesp, tomado pelos professores, conforme registro realizado no dia 21/10/1993 (fotos do acervo da Apeoesp/Regina Vilela).

Notas autorais

Viviane Freitas é professora de História da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP), doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Nove de Julho (UNINOVE), integra o Grupo de Pesquisa em História e Teoria da Profissão Docente e do Educador Social (Gruphis). Com mestrado em Educação, jornalista, cientista social e licenciada em História, com especialização em Comunicação Institucional e Empresarial.

Atualmente ocupa a função de Coordenadora de Gestão Pedagógica na escola pública da Seduc-SP. É autora de artigos e livros acadêmicos, entre os quais se destaca a obra *Sindicalismo e associativismo dos trabalhadores em educação no Brasil*, publicada em cinco volumes pela Paco Editorial.

E-mail: vivi_freitas13@yahoo.com.br

Carlos Bauer é professor do Curso de Pedagogia, do Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Práticas Educacionais (PROGEPE), do Programa de Pós-Graduação em

Educação (PPGE) da Universidade Nove de Julho (UNINOVE) e Pesquisador de Produtividade (PQ) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Entre suas publicações, destacam-se os livros Reflexões sobre o tempo e a história: a memória e a utopia na escola (Paco Editorial) e A natureza autoritária do Estado no Brasil contemporâneo – elementos de história e questionamentos políticos (Editora Sundermann). E-mail: professorcarlosbauer@gmail.com

Financiamento

Publicação realizada com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

